

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUÊSA	21
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	21
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC.).....	21
→ ACENTUAÇÃO.....	22
→ USO DO HÍFEN	24
→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIS, VOCÁLICOS) - SEPARAÇÃO SILÁBICA.....	24
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	26
→ ARTIGO	27
→ ADJETIVO	28
→ CONJUGAÇÃO: RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	29
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	31
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	31
→ PRONOMES PESSOAIS.....	31
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	32
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	32
→ PRONOMES RELATIVOS.....	32
→ ADVÉRBIO	32
→ PREPOSIÇÃO.....	34
→ CONJUNÇÃO.....	35
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	36
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	39
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	40
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	41
→ POLISSEMIA	42
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	42
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	43
→ SUJEITO	44
→ PREDICADO.....	45
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	46
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL, APOSTO E VOCATIVO)	47

→ ADJUNTO ADNOMINAL X COMPLEMENTO NOMINAL	47
→ ORAÇÕES COORDENADAS	49
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	49
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	50
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	51
→ ORAÇÕES REDUZIDAS	52
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	52
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	53
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	55
→ CRASE.....	58
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	60
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	63
→ COERÊNCIA E COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES ETC.).....	64
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE).....	67
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL, NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	67
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	68
→ FUNÇÕES DA LINGUAGEM (EMOTIVA, APELATIVA, POÉTICA, DENOTATIVA ETC.).....	69
→ PARTÍCULA “SE”	71
→ VOCÁBULO “COMO”	73
→ VOCÁBULO “QUE”	73
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	75
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	87
→ REESCRITA DE FRASES E SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	89

DIREITO ADMINISTRATIVO 95

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	95
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	95
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	95
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	95
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	96
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	96
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	96
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	97
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	97
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	97
→ TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.....	97
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	97
→ PODER REGULAMENTAR.....	98
→ PODER HIERÁRQUICO	98

→ PODER DISCIPLINAR	98
→ PODER DE POLÍCIA	98
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	99
→ DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO	99
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ORGÃOS PÚBLICOS)	99
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (ORGÃOS PÚBLICOS)	99
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	99
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	99
→ TERCEIRO SETOR (OSS.OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	100
→ LEI Nº 13.303, DE 2016 – ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27)	100
→ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	100
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI Nº 8.987, DE 1995)	100
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	100
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI Nº 8.987, DE 1995)	100
→ CONCESSÕES – DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES, LEI Nº 8.987, DE 1995)	100
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI Nº 8.987, DE 1995)	101
→ CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	101
→ PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) (LEI Nº 11.079, DE 2004)	101
→ CONSÓRCIOS PÚBLICOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI Nº 11.107, DE 2005)	101
→ LEI Nº 13.460, DE 2017 – DIREITOS BÁSICOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO	101
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES	101
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO)	102
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	102
→ CONTROLE JURISDICIONAL	102
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	102
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	102
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	102
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS	102
→ SUJEITOS ATIVO E PASSIVO (ARTS. 1º A 8º DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	103
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11º DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	103
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	103
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL (ARTS. 14 A 18 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	103
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429, DE 1992)	103
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRATIVO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	104
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º DA 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	104
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	104
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	104
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E COONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	104
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784, DE 1999)	104
→ LEI Nº 10.520, DE 2002 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO	104

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	105
→ DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	105
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	105
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	105
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527, DE 2011).....	105

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS 107

→ DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS.....	107
→ CONSTITUCIONALISMO E NEOCONSTITUCIONALISMO	107
→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	107
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	107
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE ETC.).....	108
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF, DE 1988).....	108
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	108
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	108
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF, DE 1988).....	108
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º).....	108
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	109
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	109
→ PERDA DE NACIONALIDADE.....	109
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	109
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	109
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	109
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	109
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF, DE 1988).....	109
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF, DE 1988)	109
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 E 24 DA CF, DE 1988).....	109
→ ESTADOS FEDERADOS – ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF, DE 1988).....	110
→ MUNICÍPIOS – ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF, DE 1988).....	110
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF, DE 1988).....	110
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ARTS. 37 E 38 DA CF, DE 1988).....	110
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF, DE 1988).....	110
→ DOS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ART. 42 DA CF, DE 1988)	110
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF, DE 1988).....	110
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF, DE 1988)	110
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF, DE 1988)	110
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES – PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF, DE 1988).....	111
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF, DE 1988).....	111
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS	111

→ FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA, DISCUSSÃO, VOTO, VETO, SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO)	111
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF, DE 1988)	111
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF, DE 1988).....	111
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF, DE 1988)	111
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 DA 86 DA CF, DE 1988).....	111
→ DOS MINISTROS DE ESTADO (ARTS. 87 E 88 DA CF, DE 1988).....	111
→ DO CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DA DEFESA NACIONAL (ARTS. 89 A 91 DA CF, DE 1988)	111
→ DO QUINTO CONSTITUCIONAL (ART. 94 DA CF, DE 1988)	112
→ DAS GARANTIAS E VEDAÇÕES (PODER JUDICIÁRIO, ART. 95 DA CF, DE 1988).....	112
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF, DE 1988).....	112
→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF, DE 1988).....	112
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF (ARTS. 101 A 103 DA CF, DE 1988).....	112
→ DAS SÚMULAS VINCULANTES (ART. 103-A DA CF, DE 1988)	112
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ (ART. 103-B DA CF, DE 1988).....	112
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF, DE 1988)	112
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	112
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	112
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	113
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)	113
→ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP	113
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DE CF, DE 1988)	113
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF, DE 1988).....	113
→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF, DE 1988).....	113
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF, DE 1988).....	113
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF, DE 1988).....	113
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF, DE 1988).....	114
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF, DE 1988).....	114
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF, DE 1988).....	114
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF, DE 1988).....	114
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF, DE 1988)	114
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF, DE 1988).....	114
→ DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (ARTS. 233 A 250 DA CF, DE 1988).....	114
→ ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT	114
→ AÇÃO DIRETA DA INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)	114
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	114
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	115
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	115
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS	115
→ NORMAS DE INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS.....	115
→ CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS.....	115

→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CEC. Nº 65.810).....	115
→ CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (DEC. Nº 4.377, DE 2002).....	115
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISONEIROS	115
→ DECRETO Nº 7.037, DE 2009 – PNDH – 3	115
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	116
→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ART. 10 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	116
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741, DE 2003).....	116
→ DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO (ARTS. 26 AO 28 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	116
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 33 AO 36 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	116
→ DO TRANSPORTE (ARTS. 39 AO 42 DA LEI Nº 10.741, DE 2003).....	116
→ DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO (ARTS. 46 AO 68 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	116
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 69 AO 92 DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	116
→ LEI Nº 7.853, DE 1989 – LEI DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	116
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	116
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	117
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	117
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146, DE 2015)	117
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	117
→ DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146, DE 2015).....	117
→ LEI Nº 12.288, DE 2010 – ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	117
→ DIREITOS HUMANOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E INDÍGENAS.....	117
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	117
→ DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS.....	117
→ DIREITO DAS MULHERES NO BRASIL.....	117
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	117

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA 119

→ DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	119
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	119
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	119
→ ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA.....	119
→ ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA.....	119
→ TEORIA DA BUROCRACIA.....	119
→ MUDANÇA ORGANIZACIONAL	119
→ TEORIA DOS SISTEMAS (ABORDAGEM SISTÊMICA DA ADMINISTRAÇÃO)	120
→ TEORIA CONTINGENCIAL (ABORDAGEM CONTINGENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO).....	120
→ CONVERGÊNCIAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E A PRIVADA	120
→ DIVERGÊNCIAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA	120
→ GOVERNABILIDADE.....	120
→ GOVERNANÇA CORPORATIVA	120

→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	120
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	120
→ GOVERNO ELETRÔNICO.....	121
→ PATRIOTISMO NO BRASIL	121
→ ADMINISTRAÇÃO BUROCRÁTICA.....	121
→ A REFORMA BUROCRÁTICA NO BRASIL.....	121
→ ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL (NOVA GESTÃO PÚBLICA OU MODELO PÓS-BUROCRÁTICO)	121
→ A REFORMA GERENCIAL NO BRASIL	121
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	121
→ INTENÇÃO ESTRATÉGICA OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	122
→ DIAGNÓSTICO DE AMBIENTE ORGANIZACIONAL – MATRIZ SWOT	122
→ PLANEJAMENTO E ESTRATÉGIA NO SETOR PÚBLICO.....	122
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO (DESENHO ORGANIZACIONAL, CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO)	122
→ REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS (OSM).....	122
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE DIREÇÃO (CONCEITO E CARACTERÍSTICAS).....	122
→ LIDERANÇA	122
→ GESTÃO DE CONFLITOS	122
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	123
→ CLIMA ORGANIZACIONAL	123
→ MOTIVAÇÃO.....	123
→ GRUPOS E EQUIPES DE TRABALHO	123
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	123
→ COMUNICAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO DE REDES ORGANIZACIONAIS	123
→ PROCESSO DECISÓRIO (TOMADA DE DECISÃO).....	123
→ GESTÃO POR PROCESSOS (BPM CBOK, CICLO PDCA, 6 SIGMA ETC.).....	124
→ CONCEITOS, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DE QUALIDADE.....	124
→ PRINCIPAIS TEÓRICOS – GURUS DA QUALIDADE	124
→ NORMAS ISO	124
→ DIAGRAMA DE CAUSA E EFEITO – ISHIKAWA	124
→ PLANO 5W2H	124
→ MÉTODO 5S	124
→ DIAGRAMA DE PARETO	124
→ REENGENHARIA	124
→ GESTÃO PARA RESULTADOS	124
→ GESTÃO DO CONHECIMENTO	125
→ ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES.....	125
→ MARKETING	125
→ OBJETIVOS, FUNÇÕES E DESAFIOS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	125
→ HIERARQUIA DE DECISÕES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	125
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS)	125
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)	125

→ ANÁLISE E DESEMPENHO DE CARGOS.....	125
→ DESEMPENHO	125
→ REMUNERAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO GERAL).....	126
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	126
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	126
→ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	126

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO127

→ DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	127
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	127
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	127
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	127
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO ETC.)	128
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	128
→ NÚMEROS IRRACIONAIS	128
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	128
→ PORCENTAGEM.....	128
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	128
→ PROPORÇÕES, GRANDEZAS PROPORCIONAIS E DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	128
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	128
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	129
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC.)	129
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	129
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	129
→ EQUAÇÕES EXPONENCIAIS	129
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	129
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	130
→ INEQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU (INEQUAÇÕES SIMULTÂNEAS, INEQUAÇÕES-PRODUTO E QUOCIENTE)	130
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU.....	130
→ INEQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU	130
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO	130
→ MATRIZES	131
→ DETERMINANTES.....	131
→ SISTEMAS LINEARES	131
→ NÚMEROS COMPLEXOS.....	131
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS, EXPANSÃO DE BINÔMIOS E TRIÂNGULO DE PASCAL	131
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS E POSIÇÕES RELATIVAS	131
→ CONGRUÊNCIA E SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS E RAZÃO DE SEMELHANÇA.....	131
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	131
→ PONTOS NOTÁVEIS (BARICENTRO, INCENTRO, CIRCUNCENTRO, ORTOCENTRO).....	132

→ CÁLCULO DE SENO E COSSENO NO TRIÂNGULO RETÂNGULO.....	132
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	132
→ LEI DOS SENOS E LEI DOS COSSENO.....	132
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS ETC).....	132
→ NÚMERO DE DIAGONAIS DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	132
→ SOMA DOS ÂNGULOS INTERNOS DE UM POLÍGONO QUALQUER.....	132
→ POLÍGONOS REGULARES (MEDIDA DO LADO, DIAGONAL, APÓTEMA E ÁREA; ÂNGULO INTERNO).....	132
→ ÁREA DO CÍRCULO, DO SETOR CIRCULAR E DO SEGMENTO CIRCULAR.....	133
→ POLÍGONOS INSCRITOS E CIRCUNSCRITOS À CIRCUNFERÊNCIA.....	133
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	133
→ PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO E PRINCÍPIOS LÓGICOS.....	133
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	133
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS.....	133
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	134
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	134
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE.....	134
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES.....	134
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO.....	134
→ FALÁCIAS.....	135
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	135
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”.....	135
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	135
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO.....	135
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO DATAS E CALENDÁRIOS.....	136

DIREITO PENAL..... 139

→ CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL.....	139
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	139
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIIS NO TEMPO.....	139
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA.....	139
→ TEMPO DO CRIME.....	139
→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS.....	139
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIIS.....	140
→ LUGAR DO CRIME.....	140
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE.....	140
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE.....	140
→ AÇÃO E OMISSÃO.....	140
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO.....	140
→ ERRO DE TIPO.....	140
→ TIPICIDADE E RESULTADO.....	140

→ CRIME IMPOSSÍVEL.....	140
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA	140
→ TENTATIVA (CRIME).....	141
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR	141
→ ESTADO DE NECESSIDADE	141
→ LEGÍTIMA DEFESA	141
→ IMPUTABILIDADE PENAL	141
→ CONCURSO DE PESSOAS.....	141
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES	141
→ CONCURSO DE CRIMES	141
→ DA AÇÃO PENAL	141
→ CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	141
→ DA PRESCRIÇÃO	142
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	142
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	142
→ INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP).....	142
→ ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO (ART. 124 DO CP).....	142
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	142
→ DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE (ARTS. 130 A 136 DO CP)	142
→ DA RIXA (ART. 137 DO CP).....	143
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	143
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149 DO CP).....	143
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP)	143
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	143
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	143
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	143
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP)	144
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	144
→ DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA (ARTS. 267 A 285 DO CP).....	144
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP)	144
→ MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)	144
→ FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP)	144
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	144
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP).....	144
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP)	144
→ USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP).....	144
→ SUPRESSÃO DE DOCUMENTO (ART. 305 DO CP).....	145
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	145
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	145
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	145
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)	145
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	145

→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	145
→ FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 318 DO CP).....	145
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	145
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	145
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	145
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	146
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA (ARTS. 338 A 359 DO CP).....	146

INFORMÁTICA147

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	147
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	147
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	147
→ WINDOWS 7.....	147
→ WINDOWS 10.....	147
→ LINUX / UNIX.....	147
→ WORD 2016.....	148
→ WORD 2019.....	148
→ EXCEL 2016.....	148
→ EXCEL 2019.....	148
→ POWERPOINT 2016.....	149
→ POWERPOINT 2019.....	149
→ WRITER.....	149
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	149
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO.....	149
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	150
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	150
→ INTRANET E EXTRANET.....	150
→ INTERNET EXPLORER.....	150
→ MOZILLA FIREFOX.....	150
→ GOOGLE CHROME.....	151
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	151
→ OUTLOOK 2019.....	151
→ MOZILLA THUNDERBIRD.....	151
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	151
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	151
→ REDES SOCIAIS (TWITTER, FACEBOOK, ORKUT, ETC.).....	151
→ GOOGLE WORKSPACE.....	152
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	152
→ FIREWALL E PROXY.....	152
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	152

→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	152
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	152
→ BACKUP	153

DIREITO PROCESSUAL CIVIL155

→ APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15).....	155
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF, DE 1988)	155
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....	155
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	155
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	155
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	156
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107)	156
→ DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES (ARTS. 108 A 112).....	156
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	156
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138).....	156
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	156
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148)	156
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)	156
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	156
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	157
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	157
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259).....	157
→ DAS INTIMAÇÕES (ARTS. 269 A 275)	157
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283).....	157
→ DO VALOR DA CAUSA (ARTS. 291 A 293).....	157
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	157
→ DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO (ARTS. 312 A 317).....	157
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	158
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	158
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342)	158
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346).....	158
→ DAS PROVAS (ARTS. 369 A 484).....	158
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	158
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512)	159
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	159
→ DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (ARTS. 539 A 549).....	159
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568)	159
→ DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA (ARTS. 610 A 673)	159
→ DOS EMBARGOS DE TERCEIRO (ARTS. 674 A 681).....	159
→ DA AÇÃO MONITÓRIA (ARTS. 700 A 702).....	159
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	159

→ DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ART. 910)	160
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 926 A 928).....	160
→ DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA (ARTS. 951 A 959)	160
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	160
→ DA RECLAMAÇÃO (ARTS. 988 A 993).....	160
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008)	160
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	160
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020)	161
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021)	161
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026)	161
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044)	161

DIREITO PROCESSUAL PENAL 163

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	163
→ INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	163
→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	163
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	163
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	163
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP)	164
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA - CONCEITOS GERAIS	164
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA	164
→ PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CONEXÃO E CONTINÊNCIA)	164
→ DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS (ARTS. 92 A 94 DO CPP)	164
→ DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144 DO CPP).....	164
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	164
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	164
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP)	165
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP)	165
→ DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228 DO CPP)	165
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	165
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP)	165
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	165
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP)	166
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	166
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	166
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	166
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	166
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	167
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP)	167
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	167

→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	167
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518 DO CPP)	167
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	167
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	168
→ TEORIA GERAL DOS RECURSOS CRIMINAIS (DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS)	168
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)	168
→ EMBARGOS DECLARATÓRIOS	168
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. A 631 DO CPP)	168
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	168
→ DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA (ARTS. 780 A 782 DO CPP).....	168
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 791 A 811 DO CPP).....	169

DIREITO CIVIL 171

→ DIREITO CIVIL (CONCEITO, OBJETO, PRINCÍPIOS, FONTES, HISTÓRICO, ETC.)	171
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)	171
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	171
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)	171
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	171
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)	172
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	172
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	172
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78)	172
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97)	172
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103).....	173
→ FATOS JURÍDICOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS	173
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	173
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) — ELEMENTOS ACIDENTAIS	173
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	173
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	173
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	174
→ PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 212 A 232).....	174
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	174
→ DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER (ARTS. 247 A 249).....	174
→ DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS (ARTS. 252 A 256).....	174
→ DO PAGAMENTO (ARTS. 304 A 333).....	175
→ DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO (ARTS. 334 A 345).....	175
→ DA NOVAÇÃO (ARTS. 360 A 367).....	175
→ DA COMPENSAÇÃO (ARTS. 368 A 380)	175
→ DA MORA (ARTS. 394 A 401)	175
→ DA CLÁUSULA PENAL (ARTS. 408 A 416).....	175

→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954)	175
→ DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA (ARTS. 1.277 A 1.313)	176
→ DO CONDOMÍNIO GERAL (ARTS. 1.314 A 1.358-A).....	176
→ DO USUFRUTO (ARTS. 1.390 A 1.411)	176

LÍNGUA PORTUGUÊSA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Em **O processo**, a antevisão do inferno em que se transformaria a burocracia moderna, das culpas imputadas, da tortura anônima e da morte que caracterizam os regimes totalitários do século vinte já é um lugar-comum. O trucidamento (literal) de que K. tornou-se um ícone do homicídio político. “A colônia penal” de Kafka transformou-se em realidade pouco depois de sua morte, quando também os temas da aniquilação e dos “vermes”, de sua **Metamorfose**, adquiriram macabra realidade. A realização concreta de suas premonições, com pormenores de clarividência, está indissociavelmente relacionada às suas fantasias aparentemente desvairadas. Haveria algum sentido em pensar que, de alguma forma, as previsões claramente formuladas na ficção de Kafka, em **O processo** principalmente, teriam contribuído para que de fato ocorressem? Seria possível que uma profecia articulada de maneira tão impiedosa tivesse outro destino que não a sua realização? As três irmãs de K. e sua Milena morreram em campos de concentração. O judeu da Europa Central que Kafka ironizou e celebrou foi extinto de maneira abominável. Em termos espirituais, existe a possibilidade de Franz Kafka ter sentido seus dons proféticos como uma visitação de culpa, de que a capacidade de antever o tivesse exposto demais às suas emoções. K. torna-se o cúmplice, perplexo, porém quase impaciente, do crime perpetrado contra ele. Coexistem, em todos os suicídios, a apologia e a aquiescência. Como diz o sacerdote, em triste zombaria (seria mesmo zombaria?): “A justiça nada quer de ti. Acolhe-te quando vens e te deixa ir quando partes”. Essa formulação está muito próxima de ser uma definição da vida humana, da liberdade de ser culpado, que é a liberdade concedida ao homem expulso do Paraíso. Quem, senão Kafka, teria sido capaz de dizer isso em tão poucas palavras? Ou se saber condenado por ter sido capaz de fazê-lo?

George Steiner. **Um comentário sobre O processo de Kafka**. In: **Nenhuma paixão desperdiçada**. Tradução de Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2001 (com adaptações)

Acerca dos sentidos, das ideias e dos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.

Conforme as regras oficiais de grafia, “Coexistem” poderia ser grafado alternativamente como **Co-existem**:

() CERTO () ERRADO

→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC.)

2. (CEBRASPE-CESPE – 2022) O texto mais célebre de **A República** é sem dúvida a **Alegoria da Caverna**, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e

compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahar, 2007, p. 31 (com adaptações)

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.

Seria mantida a correção gramatical do texto caso o trecho “pelo qual” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse substituído por **porque**.

() CERTO () ERRADO

3. (CEBRASPE-CESPE – 2022) A astrônoma Jocelyn Bell Burnell disse sobre Ron Drever: “Ele realmente curtia ser tão engenheiro”. Ela tinha ido da Irlanda do Norte para Glasgow para estudar física e Drever foi arbitrariamente designado para ser seu supervisor. Ele contava ao grupo de seus poucos orientandos as ideias mais interessantes que surgiam em sua mente, inclusive as que levaram ao experimento de Hughes-Drever (embora ela não tivesse se dado conta de que ele o realizara no quintal da propriedade rural de sua família), mas nenhuma que os ajudasse a passar nos exames. Após a frustração inicial, ao ver que ele não ia ajudá-la em seu dever de casa de física de estado sólido, ela acabou admirando seu profundo entendimento de física fundamental e seu notável talento como pesquisador.

Drever, por sua vez, seria influenciado pelas iminentes e vitais descobertas de sua ex-aluna de graduação. A respeito de Bell Burnell, disse: “Ela também era obviamente melhor do que a maioria deles... então cheguei a conhecê-la muito bem”. Drever escreveu uma carta de recomendação para apoiar o pedido de emprego dela à principal instalação de radioastronomia na Inglaterra, em meados da década de 60, Jodrell Bank. Mas, ele continua, “não a admitiram, e a história conta que foi porque era mulher. Mas isso não é oficial, você sabe. Ela ficou muito desapontada”. Drever acrescenta, esperando que se reconheça a obviedade daquele absurdo: “Sua segunda opção era ir para Cambridge. Vê como são as coisas?”. Ele considerou isso uma reviravolta muito feliz. “Então ela foi para Cambridge e descobriu pulsares. Vê como são as coisas?”, ele diz, rindo.

Janna Levin. **A música do universo**: ondas gravitacionais e a maior descoberta científica dos últimos cem anos. São Paulo, Cia. das Letras, 2016, p. 103-104 (com adaptações).

Acerca dos mecanismos de coesão do texto, julgue o próximo item.

No terceiro período do primeiro parágrafo, o termo “mas” introduz um trecho que expressa oposição entre o experimento de Hughes-Drever e os exames do curso de física.

() CERTO () ERRADO

4. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Não estamos opondo máquinas a ecologia, como se as máquinas fossem aquelas coisas que só servem para violentar a Mãe Natureza e violar a harmonia entre o ser humano e a natureza — uma imagem atribuída à tecnologia desde o fim do século XVIII. Também não estamos seguindo a hipótese de Gaia de que a Terra é um único superorganismo ou uma coletividade de organismos. Em vez disso, gostaria de propor uma reflexão sobre a ecologia das máquinas. Para dar início a essa ecologia das máquinas, precisamos primeiro voltar ao conceito de ecologia. Seu fundamento está na diversidade, já que é apenas com biodiversidade (ou multiespécies que incluam todas as formas de organismos, até mesmo bactérias) que os sistemas ecológicos podem ser conceitualizados. A fim de discutir uma ecologia de máquinas, precisaremos de uma noção diferente e em paralelo com a de biodiversidade — uma noção a que chamamos tecnodiversidade. A biodiversidade é o correlato da tecnodiversidade, uma vez que sem esta só testemunharemos o desaparecimento de espécies diante de uma racionalidade homogênea. Tomemos como exemplo os pesticidas, que são feitos para matar certa espécie de insetos independentemente de sua localização geográfica, precisamente porque são baseados em análises químicas e biológicas. Sabemos, no entanto, que o uso de um mesmo pesticida pode levar a diversas consequências desastrosas em biomas diferentes. Antes da invenção dessas substâncias, empregavam-se diferentes técnicas para combater os insetos que ameaçavam as colheitas dos produtos agrícolas — recursos naturais encontrados na região, por exemplo. Ou seja, havia uma tecnodiversidade antes do emprego de pesticidas como solução universal. Os pesticidas aparentam ser mais eficientes a curto prazo, mas hoje é fato bastante consolidado que estávamos o tempo todo olhando para os nossos pés quando pensávamos em um futuro longínquo. Podemos dizer que a tecnodiversidade é, em essência, uma questão de localidade. Localidade não significa necessariamente etnocentrismo ou nacionalismo, mas é aquilo que nos força a repensar o processo de modernização e de globalização e que nos permite refletir sobre a possibilidade de reposicionar as tecnologias modernas.

Yuk Hui. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 122-123 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, julgue o item a seguir.

No sexto período do texto, a locução “A fim de” introduz uma oração que expressa finalidade.

() CERTO () ERRADO

5. (CEBRASPE-CESPE – 2020) Ele entrou tarde no restaurante. Poderia ter uns sessenta anos, era alto, corpulento, de cabelos brancos, sobranceiras espessas e mãos potentes. Num dedo o anel de sua força. Sentou-se amplo e sólido.

Perdi-o de vista e enquanto comia observei de novo a mulher magra de chapéu. Ela ria com a boca cheia e rebrilhava os olhos escuros.

No momento em que eu levava o garfo à boca, olhei-o. Ei-lo de olhos fechados mastigando pão com vigor e mecanismo, os dois punhos cerrados sobre a mesa. Continuei comendo e olhando. O garçom dispunha os pratos sobre a toalha. Mas o velho mantinha os olhos fechados. A um gesto mais vivo do criado ele os abriu com tal brusquidão que este mesmo movimento se comunicou às grandes mãos e um garfo caiu. O garçom sussurrou palavras amáveis abaixando-se para apanhá-lo; ele não respondia. Porque agora desperto, virava subitamente a carne de um lado e de outro, examinava-a com veemência,

a ponta da língua aparecendo — apalpava o bife com as costas do garfo, quase o cheirava, mexendo a boca de antemão. E começava a cortá-lo com um movimento inútil de vigor de todo o corpo. Olhei para o meu prato. Quando fitei-o de novo, ele estava em plena glória do jantar, mastigando de boca aberta, passando a língua pelos dentes, com o olhar fixo na luz do teto.

Clarice Lispector. *O jantar*. In: **Laços de família**: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998 (com adaptações).

Julgue o item que se segue, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente.

No trecho “Porque agora desperto, virava subitamente a carne de um lado e de outro”, no terceiro parágrafo, o vocábulo “porque”, introduz, no período em que se insere, uma ideia de finalidade.

() CERTO () ERRADO

6. (CEBRASPE-CESPE – 2019) O modelo econômico de produção capitalista, aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor, transformando o empregado em simples mercadoria inserta no processo de produção. Nesse contexto, o trabalhador se vê tolhido da principal manifestação de sua humanidade e dignidade: o trabalho. A luta dos trabalhadores, portanto, não é mais apenas por condições melhores de subsistência, mas pela própria dignidade do ser humano.

Em face desse cenário, a opinião pública passa a questionar o papel do Estado e das instituições dominantes, no sentido de buscar um consenso sobre as consequências sociais da atividade econômica. A sociedade requer das organizações uma nova configuração da atividade econômica, pautada na ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, a fim de minimizar problemas sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia, agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem um Estado que seja parco em prestações sociais e **no qual** a própria sociedade se responsabilize pelos riscos de sua existência, só recorrendo ao Poder Público subsidiariamente, na impossibilidade de auto-satisfação de suas necessidades.

Samia Moda Cirino. **Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho**: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. Internet: www.publicadireito.com.br (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item que se segue.

A substituição de “no qual” por **aonde** prejudicaria a correção gramatical do texto.

() CERTO () ERRADO

→ ACENTUAÇÃO

7. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Há muitas línguas na língua portuguesa. Para dar voz e rosto a culturas e religiosidades tão díspares e distantes, esse idioma passou a existir dentro e fora do seu próprio corpo. Nós, brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, caboverdianos, guineenses, santomenses, falamos e somos falados por uma língua que foi moldada para trazer identidades que são profundamente diversas e plurais.

Vivemos na mesma casa linguística, mas fazemos dela uma habitação cujas paredes são como as margens dos oceanos. São linhas de costa, fluidas, porosas, feitas de areia em vez de cimento. Em cada uma das divisórias dessa comum residência, mora um mesmo modo de habitar o tempo, um mesmo sentimento do mundo (nas palavras do poeta Drummond). Essa língua é feita mais de alma do que de gramática. A língua não é uma ferramenta. É uma entidade viva. Com esse idioma, construímos e trocamos diversas noções do tempo e diferentes relações entre o profano e o sagrado.

Jorge Amado atravessou o oceano num momento em que as colônias portuguesas na África se preparavam para a luta pela independência. Na década de cinquenta do século passado, intelectuais e artistas africanos estavam ocupados em procurar a sua própria identidade individual e coletiva. Nessa altura, era clara a necessidade de rupturas com os modelos europeus. Escritores de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe procuravam caminhos para uma escrita mais ligada à sua terra e à sua gente. Carecíamos de uma escrita que nos tomasse como não apenas autores de estórias, mas também sujeitos da sua própria história. Precisávamos de uma narrativa que nos escrevesse a nós mesmos.

Muito se especula sobre as semelhanças entre as nações africanas e o Brasil. Essas comparações resultam muitas vezes de simplificações, mistificações e romantizações. Na maior parte das vezes, essas analogias são fundadas em estereótipos que pouco têm a ver com uma realidade que é composta por dinâmicas e complexidades que desconhecemos.

O que é mais africano no Brasil e mais brasileiro na África não é o candomblé, não são as danças nem os tipos físicos das pessoas. O que nos torna tão próximos é o modo como, de um e de outro lado do Atlântico, aprendemos a costurar culturas e criar hibridizações. A presença africana não mora hoje apenas nos descendentes dos escravizados. Essa presença permeia todo o Brasil. Dito de outra maneira: a semelhança não está no pano. Está na costura. Está no costureiro. E esse costureiro é a história. E é a língua que partilhamos. Essa língua é, ao mesmo tempo, linha, pano e mãos tecedeiras.

Mia Couto. As infinitas margens do oceano. In: **Panorama da Contribuição do Brasil para a Difusão do Português**. Brasília: FUNAG, 2021, p. 421-424 (com adaptações).

Acerca de propriedades gramaticais e semânticas do texto, julgue o item que se segue.

Os vocábulos “África” e “Atlântico” são acentuados graficamente pelo mesmo motivo.

() CERTO () ERRADO

8. (CEBRASPE-CESPE – 2021)

As mãos que criam, criam o quê?

A ancestralidade de dona Irinéia mostra-se presente em suas peças feitas com o barro vermelho da sua região. São cabeças, figuras humanas, entre outras esculturas que narram, por meio da forma moldada no barro, episódios históricos, lutas e conquistas vividos pelos moradores de sua comunidade e do Quilombo de Palmares.

Um exemplo é a escultura que representa pessoas em cima de uma jaqueira e que se tornou uma peça muito conhecida de dona Irinéia. A jaqueira se tornou objeto de memória, pois remonta a uma enchente, durante a qual ela e suas três irmãs ficaram toda a noite em cima da árvore, esperando a água baixar.

O manejo da matéria-prima é feito com a retirada do barro que depois é pisoteado, amassado e moldado. As peças são então queimadas, e ganham uma coloração naturalmente avermelhada.

Irinéia Rosa Nunes da Silva é uma das mais reconhecidas artistas da cerâmica popular brasileira. A história de dona Irinéia, mestra artesã do Patrimônio Vivo de Alagoas desde 2005, está entrelaçada com a história do povoado quilombola Muquém, onde nasceu em 1949. O povoado pertence ao município de União dos Palmares, na zona da mata alagoana, e se encontra próximo à serra da Barriga que carrega forte simbolismo, pois é a terra do Quilombo dos Palmares.

Por volta dos vinte anos, dona Irinéia começou a ajudar sua mãe no sustento da família, fazendo panelas de barro. Entretanto, o costume de fazer promessas aos santos de quem se é devoto, quando se está passando por alguma provação ou doença, fez surgir para a artesã outras encomendas. Quando a graça é alcançada, costuma-se levar a parte do corpo curado representado em uma peça de cerâmica, como agradecimento para o santo. Foi assim que dona Irinéia começou a fazer cabeças, pés e assim por diante.

Até que um dia, uma senhora que sofria com uma forte dor de cabeça encomendou da ceramista uma cabeça, pois ia fazer uma promessa ao seu santo devoto. A senhora alcançou sua graça, o que fez com que dona Irinéia ficasse ainda mais conhecida na região. Chegou, inclusive, ao conhecimento do SEBRAE de Alagoas, que foi até dona Irinéia e ofereceu algumas capacidades que abriram mais possibilidades de produção para a ceramista. O número de encomendas foi aumentando e, com ele, sua imaginação e criatividade que fizeram nascer objetos singulares.

Em Muquém, vivem cerca de quinhentas pessoas que contam com um posto de saúde, uma escola e a casa de farinha, onde as mulheres se reúnem para moer a mandioca, alimento central na comunidade, assim como de tantos outros quilombos no Nordeste. No dia a dia do povoado, o trabalho com o barro também preenche o tempo de muitas mulheres e alguns homens que se dedicam à produção de cerâmica, enquanto ensinam as crianças a mexer com a terra, produzindo pequenos bonecos.

Internet: www.artesol.org.br (com adaptações).

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto, julgue o item seguinte.

O emprego do acento nas palavras “número” e “cerâmica” justifica-se com base na mesma regra de acentuação.

() CERTO () ERRADO

9. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Estabelecer fronteiras é o fenômeno originário da violência instauradora do direito em geral, segundo Walter Benjamin, autor do ensaio **Para uma crítica da violência**, de 1921. O ato jurídico-político originário é o estabelecimento de fronteiras que delimitam dentro e fora, incluídos e excluídos, amigos e inimigos da pátria. Em seus primórdios, “todo direito foi um direito de prerrogativa (ou privilégio) dos reis ou dos grandes; em suma: dos poderosos”. O privilégio primordial de apropriar a terra, nomeá-la e ordená-la indica o nexo território-Estado-nascimento que caracteriza o antigo e ainda atual *nómos* da terra, do qual o fechamento de fronteiras em tempos de pandemia é mero sintoma. Se a figura do refugiado nos é tão inquietante, é porque coloca em questão uma vida humana em terra de ninguém.

Em **O nómos da terra**, o controverso jurista alemão Carl Schmitt, com quem Benjamin trocou correspondências, descreve a origem do termo *nómos*, palavra grega para “lei”. *Nómos* indica a ordenação espacial original necessária para o estabelecimento de toda e qualquer ordem jurídica. *Nómos* indica que o direito está objetivamente enraizado na apropriação da terra. A constituição jurídica de um *nómos*, ou seja, a apropriação jurídica do espaço, tem por pressuposto a capacidade de nomear. No termo alemão *landnahme*, apropriação ou tomada da terra, encontramos o termo *nahme*, antiga grafia de *name*, que significa “nome”. Nomear e constituir uma ordem jurídica são atos similares, na medida em que implicam apropriação. Exemplos históricos — incrivelmente ainda frequentes — são a imposição do nome do marido à mulher, que é “tomada em casamento”, ou o patronímico imposto à criança no momento do nascimento.

Internet: <https://revistacultc.omu.obl.br>. (com adaptações).

Julgue o item que se segue, relativos aos aspectos linguísticos do texto anterior.

O emprego do acento agudo em “nomeá-la” e “ordená-la”, no primeiro parágrafo, justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.

() CERTO () ERRADO

10. (CEBRASPE-CESPE – 2021)

Teoria do medalhão

(diálogo)

— Saiu o último conviva do nosso modesto jantar. Com que, meu peralta, chegaste aos teus vinte e um anos. Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e estás homem, longos bigodes, alguns namoros...

— Papai...

— Não te ponhas com denguiques, e falemos como dois amigos sérios. Fecha aquela porta; vou dizer te coisas importantes. Senta-te e conversemos. Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. Há infinitas carreiras diante de ti. Vinte e um anos, meu rapaz, formam apenas a primeira sílaba do nosso destino. (...) Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. (...)

— Sim, senhor.

— Entretanto, assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.

— Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?

— Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende. (...)

— Entendo.

— Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, deves **pôr** todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente (...).

— Mas quem lhe diz que eu...

— Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inófia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício.

Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de ideias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloquente, eis aí uma esperança. No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas ideias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito. As ideias são de sua natureza espontâneas e súbitas; por mais que as soframos, elas irrompem e precipitam-se. Daí a certeza com que o vulgo, cujo faro é extremamente delicado, distingue o medalhão completo do medalhão incompleto.

Machado de Assis. Teoria do medalhão. In: **50 contos escolhidos de Machado de Assis**. Seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 82-83 (com adaptações).

Considerando os aspectos linguísticos do texto **Teoria do medalhão**, apresentado anteriormente, julgue o item a seguir.

O sinal de acentuação no verbo “pôr” caracteriza o chamado acento diferencial.

() CERTO () ERRADO

11. (CEBRASPE-CESPE – 2019) A própria palavra “crise” é bem mais a expressão de um movimento do espírito que de um **juízo** fundado em argumentos **extraídos** da razão ou da experiência. Não há período histórico que não tenha sido julgado, de uma parte ou de outra, como um **período** em crise. Ouvi falar de crise em todas as fases da minha vida: depois da Primeira Guerra Mundial, durante o fascismo e o nazismo,

durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra, bem como naqueles que foram chamados de anos de chumbo. Sempre duvidei que o conceito de crise tivesse qualquer utilidade para definir uma sociedade ou uma época.

Que fique claro: não tenho nenhuma intenção de difamar ou condenar o passado para absolver o presente, nem de deplorar o presente para louvar os bons tempos antigos. Desejo apenas ajudar a que se compreenda que todo juízo excessivamente resoluto nesse campo corre o risco de parecer leviano. Certamente, existem épocas mais turbulentas e outras menos. Mas é difícil dizer se a maior turbulência depende de uma crise moral (de uma diminuição da crença em princípios fundamentais) ou de outras causas, econômicas, sociais, políticas, culturais ou até mesmo biológicas.

Norberto Bobbio. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 160-1 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.

O emprego de acento agudo nas palavras “juízo”, “extraídos” e “período” justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.

() CERTO () ERRADO

→ USO DO HÍFEN

12. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Estabelecer fronteiras é o fenômeno originário da violência instauradora do direito em geral, segundo Walter Benjamin, autor do ensaio **Para uma crítica da violência**, de 1921. O ato jurídico-político originário é o estabelecimento de fronteiras que delimitam dentro e fora, incluídos e excluídos, amigos e inimigos da pátria. Em seus primórdios, “todo direito foi um direito de prerrogativa (ou privilégio) dos reis ou dos grandes; em suma: dos poderosos”. O privilégio primordial de apropriar a terra, nomeá-la e ordená-la indica o nexo território-Estado-nascimento que caracteriza o antigo e ainda atual *nómos* da terra, do qual o fechamento de fronteiras em tempos de pandemia é mero sintoma. Se a figura do refugiado nos é tão inquietante, é porque coloca em questão uma vida humana em terra de ninguém.

Em **O nómos da terra**, o controverso jurista alemão Carl Schmitt, com quem Benjamin trocou correspondências, descreve a origem do termo *nómos*, palavra grega para “lei”. *Nómos* indica a ordenação espacial original necessária para o estabelecimento de toda e qualquer ordem jurídica. *Nómos* indica que o direito está objetivamente enraizado na apropriação da terra. A constituição jurídica de um *nómos*, ou seja, a apropriação jurídica do espaço, tem por pressuposto a capacidade de nomear. No termo alemão *landnahme*, apropriação ou tomada da terra, encontramos o termo *nahme*, antiga grafia de *name*, que significa “nome”. Nomear e constituir uma ordem jurídica são atos similares, na medida em que implicam apropriação. Exemplos históricos – incrivelmente ainda frequentes – são a imposição do nome do marido à mulher, que é “tomada em casamento”, ou o patronímico imposto à criança no momento do nascimento.

Internet: <https://revistacultc.omu.obl.br>. (com adaptações).

O termo “prerrogativa” (primeiro parágrafo) também pode ser corretamente grafado como **pré-rogativa**.

() CERTO () ERRADO

→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIS, VOCÁLICOS) - SEPARAÇÃO SILÁBICA

13. (CEBRASPE-CESPE – 2022) A discussão sobre um gênero neutro na linguagem deriva do uso do gênero gramatical masculino para denotar homens e mulheres (**Todos nessa sala de**

aula devem entregar o trabalho.) e do feminino específico (Clarice Lispector é incluída pela crítica especializada entre os principais autores brasileiros do século 20.).

Na gramática, o uso do masculino genérico é visto como gênero não marcado, ou seja, usá-lo não dá a entender que todos os sujeitos sejam homens ou mulheres — ele é inespecífico. Por ser algo cotidiano, é difícil pensar nas implicações políticas de empregar o masculino genérico, mas o tema foi amplamente discutido por especialistas como uma forma de marcar a hierarquização de gêneros na sociedade, priorizando o homem e invisibilizando a mulher. O masculino genérico é chamado, inclusive, de falso neutro.

Entretanto, essa abordagem não é unânime no campo da linguística. Para muitos estudiosos, a interpretação sexista do masculino genérico ignora as origens latinas da língua portuguesa.

No latim havia três designações: feminina, masculina e neutra. As formas neutras de adjetivos e substantivos no latim acabaram absorvidas por palavras de gênero masculino. A única marcação de gênero no português é o feminino. O neutro estaria, portanto, junto ao masculino.

O Brasil não é o único país onde a linguagem neutra é discutida. Alguns setores acadêmicos, instituições de ensino e ativistas estadunidenses já consideram usar pronome neutro para se referir a todos, em vez de recorrer à demarcação de gênero binário.

Especialistas avaliam que a modificação gramatical em línguas latinas pode ser muito mais complexa e custosa do que no inglês ou no alemão, em que já está em uso o gênero neutro, porque as línguas anglo-saxônicas em si já oferecem essa opção.

Segundo especialistas, esse tipo de inovação é mais fácil de ocorrer no inglês, em que, com exceção daquelas palavras herdadas do latim, como *actor* (ator) e *actress* (atriz), a flexão de gênero não altera os substantivos e adjetivos. No caso do português, essa transformação não depende apenas da alteração de um pronome, porque a flexão de gênero afeta todo o sintagma nominal. Assim, a flexão de gênero é demarcada pela vogal temática a ou o (como em **pesquisadoras brasileiras**) e(ou) por meio do artigo a ou o (como em **a intérprete**).

Mesmo com os desafios morfológicos, linguistas afirmam que não é impossível pensar em proposições mais inclusivas, e que isso não necessariamente significa que haja uma tentativa de destruição do português. Segundo explicam esses especialistas, a história de uma língua sempre conta muito sobre a história de seus falantes, de modo que as coisas que falamos hoje em dia não brotaram da terra nem vieram prontas, mas dependem da nossa história como humanidade. Nesse sentido, as propostas já existentes seriam os primeiros passos nesse movimento, e não uma forma final a ser imposta a todos os falantes.

Internet: <https://tab.uol.com.br> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do texto, julgue o item que se segue.

A palavra “sintagma” é corretamente separada em sílabas da seguinte forma: **sin-tag-ma**; contudo, em eventual translineação, conforme o espaço disponível na linha, considera-se correta a separação dessa palavra em pontos distintos dos indicados pelos hifens, a exemplo de sin-ta-gma.

() CERTO () ERRADO

14. (CEBRASPE-CESPE – 2021)

Quem sou eu?

Se negro sou, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda a casta,
Pois que a espécie é muita vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baios, pampas e malhados,
Bodes negros, bodes brancos,
E, sejamos todos francos,

Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes...
Aqui, nesta boa terra,
Marram todos, tudo berra;
Nobres Condes e Duquesas,
Ricas Damas e Marquesas,
Deputados, senadores,
Gentis-homens, vereadores;
Belas Damas emproadas,
De nobreza empantufadas;
Repimpados principotes,
Orgulhosos fidalgotes,
Frades, Bispos, Cardeais,
Fanfarrões imperiais.
Gentes pobres, nobres gentes,
Em todos há meus parentes.
Entre a brava militança
Fulge e brilha alta bodança;
Guardas, Cabos, Furriéis,
Brigadeiros, Coronéis,
Destemidos Marechais,
Rutilantes Gerais,
Capitães de mar e **guerra**,
— Tudo marra, tudo berra —
Na suprema eternidade,
Onde habita a Divindade,
Bodes há santificados,
Que por nós são adorados.
Entre o coro dos Anjinhos
Também há muitos bodinhos.
O amante de Siringa
Tinha pelo e má catinga;
O deus Midas, pelas contas,
Na cabeça tinha pontas;
Jove quando foi menino,
Chupitou leite caprino;
E, segundo o antigo mito,
Também Fauno foi cabrito.
Nos domínios de Plutão,
Guarda um bode o Alcorão;
Nos lundus e nas modinhas
São cantadas as bodinhas:
Pois se todos têm rabicho,
Para que tanto capricho?
Haja paz, haja alegria,
Folgue e brinque a bodaria;
Cesse, pois, a matinada,
Porque tudo é bodarrada.

Luís Gama. **Quem sou eu?** In: Sílvio Romero. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Garnier, 1888. Internet: www.brasiliana.usp.br (com adaptações).

Glossário

Siringa: belíssima ninfa da água na mitologia clássica.

Midas: personagem da mitologia grega, rei da Frígia.

Jove: ou Júpiter, ou Zeus, deus dos deuses e dos homens.

Fauno: deus romano protetor dos pastores e rebanhos.

Plutão: ou Hades, deus que possuía as chaves do reino dos mortos.